



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXX PALMAS, QUINTA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 2021.

Nº 3117



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Antonio Andrade (PTB)

1º Vice-Presidente: Cleiton Cardoso (PTC)

2º Vice-Presidente: Leo Barbosa (SD)

1º Secretário: Dep. Jair Farias (MDB)

2º Secretário: Dep. Valdemar Júnior (MDB)

3º Secretário: Dep. Vanda Monteiro (PSL)

4º Secretário: Dep. Amália Santana (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas-TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Cleiton Cardoso – PTC
Claudia Lelis – PV - **Vice-Pres.**
Jorge Frederico – MDB
Ricardo Ayres – PSB - **Presidente**
Prof. Junior Geo – PROS

MEMBROS SUPLENTE:

Olyntho Neto - PSDB
Amália Santana – PT
Elenil da Penha - MDB
Fabion Gomes - PR
Vilmar de Oliveira - SD

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Olyntho Neto - PSDB - **Presidente**
Issam Saado – PV - **Vice-Pres.**
Elenil da Penha - MDB
Eduardo do Dertins - Cidadania
Amélio Cayres – SD

MEMBROS SUPLENTE:

Valderez Castelo Branco - PP
Zé Roberto Lula - PT
Nilton Franco - MDB
Ivory de Lira – PCdoB
Leo Barbosa - SD

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Olyntho Neto - PSDB
Zé Roberto Lula - PT
Eduardo Siqueira Campos - DEM
Fabion Gomes – PR
Amélio Cayres – SD

MEMBROS SUPLENTE:

Cleiton Cardoso - PTC
Issam Saado - PV
Elenil da Penha - MDB
Ricardo Ayres - PSB
Prof. Júnior Geo – PROS

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Valderez Castelo Branco - PP- **Presidente**
Zé Roberto Lula - PT
Jorge Frederico – MDB
Fabion Gomes – PR
Vanda Monteiro – PSL - **Vice-Pres.**

MEMBROS SUPLENTE:

Olyntho Neto - PSDB
Issam Saado - PV
Eduardo Siqueira Campos - DEM
Ricardo Ayres - PSB
Vilmar de Oliveira – SD

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Olyntho Neto - PSDB
Issam Saado – PV
Jorge Frederico – MDB
Ricardo Ayres - PSB
Leo Barbosa – SD

MEMBROS SUPLENTE:

Valderez Castelo Branco - PP
Amália Santana - PT
Elenil da Penha - MDB
Fabion Gomes – PR
Prof. Júnior Geo – PROS

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reuniões às quintas-feiras, às 9 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Cleiton Cardoso - PTC
Amália Santana – PT
Nilton Franco – MDB
Ricardo Ayres - PSB
Vanda Monteiro - PSL

MEMBROS SUPLENTE:

Valderez Castelo Branco - PP
Zé Roberto Lula - PT
Eduardo Siqueira Campos - DEM
Ivory de Lira – PCdoB
Leo Barbosa – SD

COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões às quintas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Valderez Castelo Branco - PP
Issam Saado – PV
Eduardo Siqueira Campos – DEM
Ivory de Lira - PCdoB
Vilmar de Oliveira – SD

MEMBROS SUPLENTE:

Olyntho Neto - PSDB
Zé Roberto Lula - PT
Elenil da Penha - MDB
Eduardo do Dertins - Cidadania
Vanda Monteiro – PSL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às quintas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Luana Ribeiro – PSDB
Claudia Lelis – PV
Nilton Franco – MDB
Ivory de Lira - PCdoB
Prof. Júnior Geo - PROS

MEMBROS SUPLENTE:

Olyntho Neto - PSDB
Amália Santana - PT
Jorge Frederico - MDB
Ricardo Ayres - PSB
Leo Barbosa - SD

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Reuniões às quintas-feiras, às 17 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Luana Ribeiro – PSDB
Zé Roberto Lula - PT
Eduardo Siqueira Campos - DEM
Fabion Gomes – PR
Leo Barbosa – SD

MEMBROS SUPLENTE:

Olyntho Neto - PSDB
Claudia Lelis - PV
Jorge Frederico - MDB
Eduardo do Dertins - Cidadania
Amélio Cayres – SD

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Luana Ribeiro – PSDB
Amália Santana - PT
Elenil da Penha - MDB
Eduardo do Dertins – Cidadania
Vanda Monteiro – PSL

MEMBROS SUPLENTE:

Valderez Castelo Branco - PP
Claudia Lelis – PV
Eduardo Siqueira Campos - DEM
Fabion Gomes - PR
Prof. Júnior Geo - PROS

COMISSÃO DE MINAS, ENERGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Cleiton Cardoso - PTC
Claudia Lelis – PV
Jorge Frederico - MDB
Eduardo do Dertins – Cidadania
Vilmar de Oliveira - SD

MEMBROS SUPLENTE:

Olyntho Neto - PSDB
Issam Saado - PV
Nilton Franco - MDB
Ivory de Lira - PCdoB
Leo Barbosa – SD

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Reuniões às às horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Valderez Castelo Branco - PP
Zé Roberto Lula - PT
Elenil da Penha - MDB
Ivory de Lira - PCdoB
Vilmar de Oliveira - SD

MEMBROS SUPLENTE:

Luana Ribeiro – PSDB
Amália Santana - PT
Nilton Franco - MDB
Eduardo do Dertins - Cidadania
Amélio Cayres - SD

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Documentação e Informação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 325/2021

Declara de Utilidade Pública a Federação Aquática do Estado do Tocantins-Faeto.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Federação Aquática do Estado do Tocantins, com sede na Arse 13, alameda 15, Plano Diretor Sul, CEP 77.016-524, no município de Palmas, Estado do Tocantins, e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ sob o nº 25.065.046/0001-10.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O Projeto de Lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual a Federação Aquática do Estado do Tocantins-Faeto, com sede no município de Palmas, no Estado do Tocantins.

Fundada em 2014, essa instituição sem fins lucrativos tem por finalidade o desporto de rendimento, organizar campeonatos, eventos e torneios amadores e profissionais, profissionais, esportivos, culturais e de lazer, em diversas categorias e a realização de atividades socioculturais, entre seus associados e comunidade em, especialmente na natação.

A referida entidade merece o reconhecimento de Utilidade Pública por prestar relevantes serviços à comunidade, sempre atendendo a todos com respeito e carinho e defendendo os interesses coletivos, desde a sua fundação.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares para aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2021.

VANDA MONTEIRO

Deputada Estadual

PROJETO DE LEI Nº 326/2021

Assegura o direito à Pessoa com deficiência auditiva ou de afonia, a capacidade plena e independente de acionarem os canais de emergência no âmbito do estado do Tocantins.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º Fica assegurado às pessoas com deficiência auditiva ou de afonia, o direito de terem autossuficiência na comunicação de emergências, junto aos departamentos e canais estatais de atendimento.

Parágrafo único. Autossuficiência na comunicação de emergências entende-se por mecanismo ou sistema eletrônico plenamente capaz de permitir a comunicação do fato emergencial com a autoridade competente, de maneira independente e imediata por portador de deficiência a que se refere o *caput*.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução dessa Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Conforme estipulado no artigo 24 da Constituição Federal, compete à União, Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre alguns temas. No inciso XIV deste artigo, dispõe sobre a proteção e a integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Juntamente com os preceitos Constitucionais de Direitos Humanos, esta proposição visa estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência por meio da adoção de estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados.

É fundamental assegurar a autonomia do deficiente auditivo e/ou mudo, principalmente quando este necessite comunicar uma emergência à autoridade competente. Sendo assim, estará alcançando os preceitos estabelecidos na Carta Magna, principalmente no que se refere à integração e socialização da pessoa com deficiência.

Finalmente, e imprescindível, devemos evidenciar que esta lei também atende aos mandamentos constantes no Estatuto da Pessoa com Deficiência, de nº 13.146 de 2015, facilitando a integração, dignidade e socialização desses cidadãos.

Por fim, diante das razões apresentadas, solicitamos aos nobres pares o apoio para a deliberação do presente projeto.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2021.

VANDA MONTEIRO

Deputada Estadual

PROJETO DE LEI Nº 327/2021

Dispõe que as empresas de transporte coletivos intermunicipais determinem que o motorista, quando solicitado por pessoa com deficiência, efetuem paradas fora do ponto, no âmbito do Estado do Tocantins.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º Dispõe que as empresas de transporte coletivos intermunicipais determinem que o motorista, quando solicitado por pessoa com deficiência, efetuem paradas fora do ponto de ônibus, para o embarque ou desembarque, exceto em pontes, viadutos e pistas de auto rolamentos, no âmbito do Estado do Tocantins.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificativa

As pessoas com deficiência têm uma maior dificuldade na sua locomoção, com isso, fica mais dificultoso para essas pessoas quando a sua parada de ônibus fica distante do seu objetivo final, fazendo com que elas tenham que se locomover por vários metros por calçadas desniveladas, com buracos, carros, além de outros obstáculos.

Apesar da boa intenção do legislador, é necessário para as pessoas com deficiência não ter essa limitação horária, como era na Lei 2.712/1997, bem como adequarmos a questão da nomenclatura atualmente aplicada as pessoas com deficiência, como previsto no Decreto 6.949/09 e na Lei 13.146/2015.

Por tanto, entendemos de suma importância que os ônibus possam parar para o embarque e desembarque de pessoas com

deficiência fora do ponto, pois oferecer uma maior qualidade vida para essas pessoas é de suma importância.

Dessa forma, entendemos que é necessário uma lei específica sobre essa matéria para as pessoas com deficiência, para o atendimento pleno e efetivo desse seguimento da sociedade.

Por fim, diante das razões apresentadas, solicitamos aos nobres pares o apoio para a deliberação do presente projeto.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2021.

VANDA MONTEIRO

Deputada Estadual

Atas das Sessões Plenárias

**9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
1º de setembro de 2020**

Ata da Centésima Octagésima Terceira Sessão Ordinária

Às nove horas do dia primeiro do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco, Primeira-Secretária e pelo Senhor Deputado Issam Saado, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, em consonância com o Artigo 15 da Constituição Estadual e com o inciso I do Artigo 3º do Regimento Interno, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos do 2º período, da 2ª Sessão Legislativa, da 9ª Legislatura e declarou aberta a presente Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Leo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valdevez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Gleydson Nato, Jair Farias e Nilton Franco. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente por falta de quórum em Plenário transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 45/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 17, de 21 de julho de 2020, que “dispõe sobre os procedimentos para a convalidação dos registros imobiliários referentes a imóveis rurais no Estado do Tocantins, e adota outras providências”; Mensagem número 46/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 18, de 22 de julho de 2020, que “altera o art. 1º da Lei número 3.705, de 22 de julho de 2020, que institui a indenização Extraordinária de Combate à Covid-19, e adota outras providências”; Mensagem número 48/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 20, de 17 de agosto de 2020, que “dispõe sobre a extinção de créditos tributários mediante dação em pagamento, altera a Lei número 2.410, de 17 de novembro de 2010, e adota outra providência”; Mensagem número 47/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 19, de 28 de julho de 2020, que “dispõe sobre as contribuições para o re-

gime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – RPPS-TO, e adota outras providências”; Mensagem número 50/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 21, de 25 de agosto de 2020, que “dispõe sobre a admissão especial de militares da reserva remunerada da Polícia Militar do Estado do Tocantins-PMTO e do Corpo de Bombeiros Militar-CBMTTO, e adota outras providências”; Ofício número 79/2020, oriundo da Prefeitura Municipal de Crixás-TO, solicitando o reconhecimento, para os devidos fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, da ocorrência do Estado de Calamidade Pública; Ofício número 3.888/2020, oriundo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei número 1/2020, que “altera a Lei número 2.409, de 16 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins”; Ofício número 157/2020, oriundo da Prefeitura Municipal de Monte Santo, solicitando o reconhecimento, para os devidos fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, da ocorrência do Estado de Calamidade Pública; Ofício número 1.019/2020, oriundo da Prefeitura Municipal de Palmas, solicitando a prorrogação de decretação de Estado de Calamidade Pública no município de Palmas; e Ofício número 1.019/2020, oriundo da Prefeitura Municipal de Gurupi, solicitando a prorrogação de decretação de Estado de Calamidade Pública no município de Gurupi. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 207/2020, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado; 208, 209, 210, 211/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 212/2020, de autoria do Senhor Deputado Leo Barbosa; 213/2020, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha; 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221 e 222/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 223/2020, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; e os Requerimentos que receberam os números 1.216 a 1.330. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Elenil da Penha. Logo após, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até uma hora, para Reunião das Comissões, reabrindo-a às dezesseis horas e vinte e dois minutos. Em seguida, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Jorge Frederico e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Ivory de Lira. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo números 44/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 220, de 12 de maio de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Gurupi; 75/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 220, de 12 de maio de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Palmas; e 76/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 220, de 12 de maio de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Dois Irmãos do Tocantins”; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Requerimentos números: 1.038, 1.039, 1.040, 1.041, 1.085, 1.086, 1.087, 1.118, 1.045, 1.103, 1.043, 1.044, 1.006, 1.007, 1.008, 1.010, 1.116,

1.117, 1.119, 1.014, 1.015, 1.016, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 1.065, 1.066, 1.067, 1.069, 1.070, 1.071, 1.072, 1.073, 1.074, 1.075, 1.112, 1.003, 1.004, 1.005, 1.097, 1.098, 1.100, 1.109, 1.110, 1.152, 1.143, 1.081, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 487, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 510, 511, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 587, 1.076, 1.077, 1.132, 1.133, 1.134, 1.135, 1.137, 1.139, 1.153, 442, 443, 445, 545, 546, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 576, 577, 578, 580, 581, 582, 583, 584 e 608, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em votação o Requerimento que recebeu o número 1.331, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, Líder do Governo, que requer dispensa de interstícios ou formalidades regimentais nos termos dos arts 72 e 133, para convocação de Sessões Extraordinárias para apreciação dos Processos números 74, 75 e 76/2020, o qual, foi aprovado. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

**9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
15 de setembro de 2020**

Ata da Centésima Octagésima Quarta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia quinze do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pela Senhora Deputada Vanda Monteiro, que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente e convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados Jorge Frederico, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Zé Roberto Lula e a Senhora Deputada Amália Santana. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

**9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
22 de setembro de 2020**

Ata da Centésima Octagésima Quinta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e dois do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, Primeira-Secretária e a pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Leo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Cláudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez

Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Estavam ausentes os Senhores Deputados Nilton Franco e Vilmar de Oliveira. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente com aquiescência do Plenário transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 51/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 6, de 15 de setembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 194/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “altera dispositivo da Lei número 3.683, de 24 de junho de 2020, para dispor sobre a prorrogação da vedação à interrupção de fornecimento de água e energia elétrica de que trata a referida Lei”; Projeto de Lei número 196/2020, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Exmo. Senhor Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, João Luiz Rocha Sampaio”; Projeto de Lei número 207/2020, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Vale do Santa Tereza –PA –Arlindo no município de Crixás do Tocantins”; Projeto de Lei número 208/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a divulgação, mediante informativos afixados em salões de cabeleireiros dos programas de doação de cabelos para pacientes em tratamento de câncer”; Projeto de Lei número 209/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “institui a Semana estadual de incentivo à doação de cabelos para pessoas em tratamento de câncer, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 210/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Esportiva Recreativa Aurenly III”; Projeto de Lei número 211/2020, de autoria do Senhor Deputado Leo Barbosa, que “dispõe sobre a Campanha de Combate aos Golpes Financeiros aplicados contra idosos”; Projeto de Lei número 212/2020, de autoria do Senhor Deputado Leo Barbosa, que “institui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Tocantins, o Dia Estadual das Vítimas da Covid-19”; Projeto de Lei número 213/2020, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “dispõe sobre a hemodiálise em trânsito para pacientes portadores de doenças renais crônicas e dá outras providências”; Projeto de Lei número 223/2020, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “denomina de “Prefeito Antonio Poincaré de Andrade” a ponte entre a TO-050 e a TO-255, sobre o rio Tocantins, no Município de Porto Nacional, no Estado do Tocantins”; Ofício número 559/2020, oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei número 1/2020, que “dispõe, no âmbito do Tribunal de Contas, sobre o prazo de prescrição para o exercício da pretensão punitiva, o prazo de decadência para instauração da tomada de contas especial e dá outras providências”; Ofício oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de lei número 2/2020, que “altera a Lei número 3.586, de 17 de dezembro de 2019, que “cria o Funseg”, e dá outras providências”; Ofício 71/2020, oriundo da Prefeitura Municipal de Nova Rosalândia, solicitando o reconhecimento, para dos devidos fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, da ocorrência do Estado de Calamidade Pública; Ofício oriundo da Prefeitura Municipal de Brejinho de Nazaré, solicitando a prorrogação de decretação de Estado de Calamidade Pública no município de Brejinho de Nazaré; Ofício oriundo da Prefeitura Municipal de Centenário, solicitando a prorrogação

de decretação de Estado de Calamidade Pública no município de Centenário; Ofício oriundo da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins, solicitando a prorrogação de decretação de Estado de Calamidade Pública no município de Colinas do Tocantins; e Ofício oriundo da Prefeitura Municipal de Pequizeiro, solicitando a prorrogação de decretação de Estado de Calamidade Pública no município de Pequizeiro. Logo após, o Senhor Presidente determinou a inclusão do Projeto de Lei número 33, de 13 de fevereiro de 2020, que “denomina-se de Ivo Carlesse o Hospital Geral de Gurupi HGG-Tocantins”, na Ordem do Dia da presente Sessão, conforme art. 76 combinado com o inciso III e § 1º do art. 71, do Regimento Interno desta Casa de Leis. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 224/2020, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; 226/2020, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade; 227 e 228/2020, de autoria do Senhor Deputado Leo Barbosa; 229/2020, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado; 230, 231, 232, 233, 234, 235 e 236, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; 237, 238, 239 e 249/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 241/2020, de autoria da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco; e os Requerimentos que receberam os números 1.332 a 1.389. Em seguida, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até uma hora para Reunião Extraordinária na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reabrindo-a às quinze horas e trinta e quatro minutos. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Jair Farias e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Olyntho Neto. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 1.391/2020, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, Líder do Governo, que requer a inclusão na Ordem do Dia desta Sessão, das matérias referentes ao Projeto de Lei número 33/2020 e Projetos de Decreto Legislativo números 77/2020, 78/2020, 79/2020, 80/2020 e 81/2020, bem como a inclusão destas matérias na Ordem do Dia da Sessão subsequente, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para discussão e votação em segundo turno, o qual foi aprovado. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Ricardo Ayres, Zé Roberto Lula e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 33/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “denomina-se de Ivo Carlesse o Hospital Geral de Gurupi – HGG- Tocantins”, o qual votado, foi aprovado com o voto contrário do Senhor Deputado Professor Júnior Geo e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo números 77/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 218, de 12 de maio de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Colinas do Tocantins; 78/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 182, de 29 de abril de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Brejinho de Nazaré; 80/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 183, de 29 de abril de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Centenário”; 81/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Re-

dação, que “prorroga o prazo do Decreto número 242, de 10 de junho de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Pequizeiro”; e 79/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “reconhece, para os devidos fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Crixás”; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e sete minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa**22 de setembro de 2020****Ata da Centésima Octogésima Sexta Sessão Ordinária**

Às dezesseis horas e nove minutos do dia vinte e dois do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jair Farias, Primeiro-Secretário e Olyntho Neto, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Leo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valdevez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontrase licenciado o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Gleydson Nato, Jair Farias e Nilton Franco. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente com aquiescência do Plenário transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 49/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando para conhecimento, o Decreto Estadual número 6.135, de 10 de agosto de 2020, que abre o Fundo Estadual de Saúde – FES, crédito extraordinário; Projeto de Lei número 192/2020, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “altera a Lei número 3.619, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 214/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “obriga a realização do exame destinado a identificar a doença AME – Atrofia Muscular Espinhal, na triagem neonatal na rede pública e privada de saúde no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 215/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Política Estadual de Empoderamento da Mulher no âmbito do Estado do Tocantins e adota outras providências”; e Ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, comunicando celebração de Acordos de Cooperação e celebração de termos aditivos a convênios com diversos municípios. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 1.392 a 1.399. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da

Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 33/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “denomina-se de Ivo Carlesse o Hospital Geral de Gurupi-HGG-Tocantins”, o qual votado, foi aprovado com o voto contrário do Senhor Deputado Professor Júnior Geo e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafa. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo números 77/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 218, de 12 de maio de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Colinas do Tocantins; 78/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 182, de 29 de abril de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Brejinho de Nazaré; 80/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 183, de 29 de abril de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Centenário”; 81/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 242, de 10 de junho de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Pequizeiro”; e 79/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “reconhece, para os devidos fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Crixás”; os quais, votados, foram aprovados. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga os Decretos Legislativos números 254, 252, 253, 256 e 255, respectivamente, de 22 de setembro de 2020, e encaminha à Secretaria para comunicar à autoridade competente. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números 860, 861, 862, 1.215, 1.225, 1.226, 1.277, 1.210, 1.211, 849, 850, 851, 852, 1.166, 1.167, 865, 846, 1249, 848, 1.189, 1.190, 1.191, 1.192, 1.193, 1.194, 1.195, 1.196, 1.197, 1.216, 1.217, 1.218, 1.219, 1.220, 1.221, 1.222, 1.223, 1.224, 847, 858, 1.269, 1.270, 1.271, 1.272 e 1.273, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. No horário destinado às Discussões Parlamentares, usou a tribuna o Senhor Deputado Professor Júnior Geo. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e trinta e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

23 de setembro de 2020

Ata da Centésima Octogésima Sétima Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e três do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelo Senhor Deputado Jair Farias, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número

legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valdevez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontrase licenciado o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Leo Barbosa, Nilton Franco e Valdemar Júnior. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente com aquiescência do Plenário transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 193/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “atribui o nome Engenheiro Agrônomo Mauro Medalha ao Centro Agrotecnológico de Palmas CAP) onde é realizada a Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins – Agrotins”; Projeto de Lei número 197/2020, de autoria do Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a proibição de homenagens a escravocratas e eventos históricos ligados ao exercício da prática escravista, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta”; Projeto de Lei número 204/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Cristiano Barbosa Sampaio”; Projeto de Lei número 205/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui no Calendário Oficial do Estado do Tocantins o Dia Estadual de Prevenção e Combate às Drogas, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 206/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “dispõe sobre a criação do selo verde Empresa Amiga do Meio Ambiente, no Estado do Tocantins e adota outras providências”; Projeto de Lei número 216/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Dia Estadual do Desapego Solidário e dá outras providências”; Projeto de Lei número 217/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “proíbe no âmbito do Estado do Tocantins, a conferência de produtos adquiridos pelo consumidor em supermercados e similares após o pagamento das compras no caixa”; Projeto de Lei número 218/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Campanha “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica”, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 219/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede à gestante surda, o direito de um intérprete da Língua Brasileira de Sinais (libras), para acompanhar a consulta pré-natal, trabalho de parto e pós-parto no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 220/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a instituição da última semana do mês de abril como a semana dedicada à saúde, segurança e prevenção de riscos no ambiente de trabalho no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 221/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “autoriza o traslado de animais domésticos de pequeno porte nos transportes coletivos intermunicipais, no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 222/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o serviço de denúncia de violência contra a mulher por meio do aplicativo *WhatsApp*, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Ofícios oriundos da Secretaria Estadual da Saúde, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Jair Farias, Professor Júnior Geo, Leo Barbosa e da Senhora Deputada Luana Ribeiro; Ofícios oriundos da Agência Tocantinense de Obras – Ageto, em respos-

ta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Antonio Andrade, Gleydson Nato, Leo Barbosa, Professor Júnior Geo e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Vanda Monteiro e Valdez Castelo Branco; Ofício oriundo da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; Ofício oriundo da Secretaria da Saúde, encaminhando o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – (RDQA) referente ao 3º Quadrimestre de 2019; e Ofício oriundo da Prefeitura Municipal de Palmeirópolis, solicitando a prorrogação de decretação de Estado de Calamidade Pública no município de Palmeirópolis. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 242/2020, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha; 243/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e os Requerimentos que receberam os números 1.400 a 1.438. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Logo após, o Senhor Presidente por falta de quórum, em Plenário, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e seis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

**9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
23 de setembro de 2020**

Ata da Centésima Octogésima Oitava Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia vinte e três do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Jair Farias, que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente e convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes as Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro e Valdez Castelo Branco. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

Atas das Comissões

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
9ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**Ata de Eleição e Instalação
10 de fevereiro de 2021**

Às dezessete horas e quarenta e cinco minutos do dia dez de fevereiro dois mil e vinte e um, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, nos termos do art. 26, inciso III, alínea “a” e art. 45, do Regimento Interno, de conformidade com as indicações dos Blocos Parlamentares e Bancadas com assento nesta Casa de Leis, conforme preceituam o art. 18, inciso III, do Regimento Interno e o Decreto Administrativo nº 212/2021, de 10 de fevereiro de 2021, o Senhor Deputado Ricardo Ayres, na forma dos Artigos 58 e 59 do Regimento Interno, assumiu a presidência dos trabalhos e, secretariado pela Senhora Deputada Claudia Lelis, declarou aberta a presente Reunião de Eleição

para os cargos de Presidente e Vice-Presidente e, também, para a instalação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para o período de 01/02/2021 à 31/01/2023. Em seguida, passou-se à leitura do Decreto Administrativo número 212, de 10 de fevereiro de 2021, o qual designa seus Membros Efetivos os Senhores Deputados: Claudia Lelis, Cleiton Cardoso, Jorge Frederico, Prof. Júnior Geo, Ricardo Ayres, e seus respectivos Membros Suplentes os Senhores Deputados: Amália Santana, Olyntho Neto, Elenil da Penha, Vilmar de Oliveira e Fabion Gomes. Estavam presentes os Senhores Deputados: Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Jorge Frederico, Prof. Júnior Geo, Ricardo Ayres; e as Senhoras Deputadas: Claudia Lelis e Amália Santana. O Senhor Presidente solicitou aos Senhores Líderes dos Blocos Parlamentares e Bancadas que procedessem ao registro junto à Mesa, individualmente ou por chapa, aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão, conforme artigo 13 e § 2º do artigo 58 do Regimento Interno deste Poder. Concorreram ao cargo de Presidente os Senhores Deputados Jorge Frederico e Ricardo Ayres, e a Senhora Deputada Claudia Lelis ao cargo de Vice-Presidente. Foram designados escrutinadores, os Senhores Deputados Cleiton Cardoso e Prof. Júnior Geo. Em seguida, deu-se início ao processo de eleição para os referidos cargos, com a chamada nominal dos Membros presentes. Após a informação de que o número de cédulas coincidia com o número dos votantes, encerrou-se a votação, e passou-se à apuração. O Senhor Deputado Ricardo Ayres recebeu 04 (quatro) votos e o Senhor Deputado Jorge Frederico recebeu 01 (um) voto ao cargo de Presidente, e a Senhora Deputada Claudia Lelis recebeu 05 (cinco) votos ao cargo de Vice-Presidente, sendo eleitos aos respectivos cargos Ricardo Ayres e Claudia Lelis para o biênio 21/22 da Comissão de Constituição Justiça e Redação. Logo após, o Deputado Ricardo Ayres assumiu como Presidente e, em seguida deu posse à Senhora Deputada Claudia Lelis, e colocou em deliberação o dia e horário das Reuniões desta Comissão, sendo decidido que, as mesmas serão realizadas às quatorze horas, das terças-feiras. O Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
9ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Décima Quarta Reunião Extraordinária
15 de dezembro de 2020**

Às dezenove horas do dia quinze de dezembro de dois mil e vinte, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Leo Barbosa, Prof. Júnior Geo e das Senhoras Deputadas Valdez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Issam Saado e Valdemar Júnior. O Senhor Presidente, Deputado Prof. Júnior Geo, secretariado pela Senhora Deputada Vanda Monteiro, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior, que foi lida e aprovada pelos Membros presentes. Em seguida, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Prof. Júnior Geo avocou a relatoria do Processo 450/2019, de autoria do Deputado Leo Babosa, que “dispõe sobre a Proteção Integral dos Direitos do Estudante Atleta”; dos Projetos de Leis 74/2020, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “dispõe sobre as vagas nos Colégios da Polícia Militar do Estado do Tocantins - CMPTO e dá outras providências”; e 246/2020, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão

Tocantinense ao Senhor Dr. Luiz Sinésio Silva Neto”. O Deputado Leo Barbosa foi nomeado relator do Processo 411/2019, de autoria do Deputado Gleydson Nato, que “institui o Dia Estadual de Conscientização e Combate ao *Bullying*”; e dos Projetos de Leis 193/2020, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “atribui o nome Engenheiro Agrônomo Mauro Medanha ao Centro Agrotecnológico de Palmas-CAP, onde é realizada a Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins-Agrotins”; e 205/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “institui no calendário oficial do Estado do Tocantins o Dia Estadual de Prevenção e Combate às Drogas e dá outras providências”. A Deputada Valderez Castelo Branco foi nomeada relatora dos Projetos de Leis 84/2020, de autoria da Deputada Amália Santana, que “cria a Política Pública de Incentivo e Educação Tecnológica para a Terceira Idade, denominada “Terceira Digital”, no Estado do Tocantins”; 157/2020, de autoria do Deputado Leo Barbosa, que “dispõe sobre a vedação de homenagens a pessoas que tenham praticado atos de racismo no Estado do Tocantins e adota outras providências”; 166/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “institui e inclui no Calendário Oficial do Estado do Tocantins a celebração da campanha “Maio Laranja” e dá outras providências”; 186/2020, de autoria do Deputado Gleydson Nato, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Padre Lucas Fernando da Silva”; 204/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Cristiano Barbosa Sampaio”; 209/2020, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “institui a “Semana Estadual de Incentivo à Doação de Cabelos para Pessoas em Tratamento de Câncer” e dá outras providências”; 220/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a instituição da última semana do mês de abril como a Semana Dedicada à Saúde, Segurança e Prevenção de Riscos no Ambiente de Trabalho no Estado do Tocantins e dá outras providências”; e 249/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “institui no calendário oficial do Estado do Tocantins o Dia Estadual de Prevenção e Combate à Depressão Pós-Parto e dá outras providências”. A Deputada Vanda Monteiro foi nomeada relatora dos Projetos de Leis 196/2020, de autoria da Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Excelentíssimo Senhor Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, João Luiz Rocha Sampaio”; 199/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “institui no calendário oficial do Estado do Tocantins o Dia Estadual dos Heróis e Heroínas na luta contra a Covid-19 e dá outras providências”; 212/2020, de autoria do Deputado Leo Barbosa, que “institui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Tocantins, o Dia Estadual das Vítimas da Covid-19”; 237/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadã Tocantinense a Lucilândia Maria Bezerra”; e 276/2020, de autoria do Deputado Valdemar Júnior, que “institui, no âmbito Estadual, a “Semana Estadual de Conscientização, Proteção e Orientação sobre a Síndrome de Rett” e dá providências”. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Prof. Júnior Geo devolveu os Processos 472/2019, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção do intérprete da Língua Brasileira de Sinais-Libras, na programação da TV Assembleia e suas mídias”; 504/2019, de autoria do Deputado Leo Barbosa, que “dispõe sobre a obrigação dos editais de concursos públicos estabelecerem nas questões de suas provas a inclusão de percentual mínimo sobre História e Geografia do Tocantins”; 481/2019, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “institui o dia 20 de novembro, data de aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e Dia Nacional da Consciência Negra, como Pon-

to Facultativo no âmbito do Estado do Tocantins”; sendo que o Processo 481/2019 foi relatado pelo Deputado Issam Saado; e os Projetos de Leis 81/2020, de autoria do Prof. Júnior Geo, que “institui a “Semana da Enfermagem”, que passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Tocantins e dá outras providências”; sendo que o Projeto de Lei 81/2020, foi relatado pelo Deputado Issam Saado. A Deputada Valderez Castelo Branco devolveu o Projeto de Lei 30/2020, de autoria do Deputado Antonio Andrade, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Frei Alan Fábio Soares Lima”. Na Ordem do Dia, foram lidos e deliberados os pareceres dos respectivos relatores. Os Processos 481/2019, 504/2019 e os Projetos de Lei 30/2020 e 81/2020 foram aprovados e encaminhados ao Plenário. O Processo 472/2019 foi devolvido e não deliberado. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
9ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Décima Quinta Reunião Extraordinária
15 de dezembro de 2020

Às dezenove horas e vinte e nove minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e vinte, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Leo Barbosa, Prof. Júnior Geo e da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados Issam Saado e Valdemar Júnior. O Senhor Presidente, Deputado Prof. Júnior Geo, secretariado pelo Senhor Deputado Prof. Júnior Geo, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com a aquiescência dos Membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Prof. Júnior Geo devolveu o Processo 472/2019, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção do intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras, na programação da TV Assembleia e suas mídias”; e o Projeto de Lei 246/2020, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Dr. Luiz Sinésio Silva Neto”. O Deputado Leo Barbosa devolveu os Projetos de Leis 193/2020, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “atribui o nome Engenheiro Agrônomo Mauro Medanha ao Centro Agrotecnológico de Palmas-CAP, onde é realizada a Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins-Agrotins”; e 205/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “institui no calendário oficial do Estado do Tocantins o Dia Estadual de Prevenção e Combate às Drogas e dá outras providências”; sendo que também devolveu os Projetos de Leis 196/2020, de autoria da Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Excelentíssimo Senhor Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, João Luiz Rocha Sampaio”; 212/2020, de autoria do Deputado Leo Barbosa, que “institui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Tocantins, o Dia Estadual das Vítimas da Covid-19”; 237/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadã Tocantinense a Lucilândia Maria Bezerra”; 249/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “institui no calendário oficial do Estado do Tocantins o Dia Estadual de Prevenção e Combate à Depressão Pós-parto, e dá outras providências”. e 276/2020, de autoria do Deputado Valdemar Júnior, que “institui, no âmbito Estadual, a “Semana Estadual

de Conscientização, Proteção e Orientação sobre a Síndrome de Rett” e dá providências”, relatados pela Deputada Vanda Monteiro. A Deputada Valdevez Castelo Branco devolveu os Projetos de Leis 84/2020, de autoria da Deputada Amália Santana, que “cria a Política Pública de Incentivo à Educação Tecnológica para a Terceira Idade, denominada “Terceira Digital”, no Estado do Tocantins”; 157/2020, de autoria do Deputado Leo Barbosa, que “dispõe sobre a vedação de homenagens a pessoas que tenham praticado atos de racismo no Estado do Tocantins e adota outras providências”; 166/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “institui e inclui no Calendário Oficial do Estado do Tocantins a celebração da campanha “Maio Laranja” e dá outras providências”; 186/2020, de autoria do Deputado Gleydson Nato, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Padre Lucas Fernando da Silva”; 204/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense a Cristiano Barbosa Sampaio”; e 209/2020, de autoria da Deputada Vanda Monteiro que “institui a “Semana estadual de Incentivo à Doação de Cabelos para Pessoas em Tratamento de Câncer”, e dá outras providências”. Na Ordem do Dia, foram lidos e deliberados os pareceres dos respectivos relatores. O Processo 472/2019 e os Projetos de Leis 84/2020, 157/2020, 166/2020, 186/2020, 193/2020, 196/2020, 204/2020, 205/2020, 209/2020, 212/2020, 237/2020, 246/2020, 249/2020 e 276/2020 foram aprovados e encaminhados ao Plenário. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 185/2021

**Republicado para correção.*

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Ewando de Oliveira Negre Lima para o cargo em comissão de Assistente de Gabinete de Secretário, no Gabinete da 4ª Secretaria, retroativamente ao dia 1º de fevereiro de 2021.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 8 dias do mês de fevereiro de 2021.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

PORTARIA Nº 123/2021 – DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019 e considerando a Portaria nº 22/2021, de 19 de fevereiro de 2021, do Município de Santa Maria do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR a servidora abaixo identificada, integrante

do quadro de pessoal efetivo do Município de Santa Maria do Tocantins, no período de 19 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021:

– **Benissandra Inácio Diamantino**, matrícula 461, Técnica de Enfermagem, na **Diretoria de Medicina e Odontologia-Dimeo**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 19 do mês de fevereiro de 2021.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2021.

MANOEL DIAMANTINO DE SOUZA JUNIOR
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 124/2021 – DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019 e considerando o Ato nº 73 – PRO - CSS, de 2 de fevereiro de 2021, publicado no *Diário Oficial do Município de Palmas nº 2.668*,

RESOLVE:

Art. 1º MANTER lotada a servidora abaixo identificada, integrante do quadro de pessoal efetivo do Município de Palmas-TO, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021:

– **Raglêbia Bezerra dos Santos Lopes**, matrícula nº 138001, Assistente Administrativo, no Gabinete da Deputada **Luana Ribeiro**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de janeiro de 2021.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de fevereiro de 2021.

MANOEL DIAMANTINO DE SOUZA JUNIOR
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 125/2021 – DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019, e com fulcro no art. 89 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e

Considerando a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado através do Despacho nº 1200/2021, Processo nº 220/2016,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde a servidora **Rosilda Reis da Silva**, matrícula nº 253, pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, no período de 19/01/2021 a 17/02/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de fevereiro de 2021.

MANOEL DIAMANTINO DE SOUZA JUNIOR
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 126/2021 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019, e com fulcro no art. 89 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e

Considerando a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado através do Despacho nº 1380/2021/DIJMO, Processo nº 037/2021,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde ao servidor **Jorge Ramon Godinho**, matrícula nº 219, pelo prazo de 14 (quatorze) dias consecutivos, no período de 22/01/2021 a 04/02/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de fevereiro de 2021.

MANOEL DIAMANTINO DE SOUZA JUNIOR

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 127/2021 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019, e com fulcro no art. 89 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e

Considerando a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado através do Despacho nº 1908/2021/DIJMO, Processo nº 038/2021,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde ao servidor **Adão Nilson Alves Gomes**, matrícula nº 1, pelo prazo de 15 (quinze) dias consecutivos, no período de 27/01/2021 a 10/02/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de fevereiro de 2021.

MANOEL DIAMANTINO DE SOUZA JUNIOR

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 128/2021 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019, e com fulcro no art. 89 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e

Considerando a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado através do Despacho nº 1835/2021/DIJMO, Processo nº 164/2019,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde ao servidor **José Carlos Ferreira Costa**, matrícula nº 285, pelo prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, no período de 02/02/2021 a 02/04/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de fevereiro de 2021.

MANOEL DIAMANTINO DE SOUZA JUNIOR

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 129/2021 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019, e com fulcro no art. 89 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e

Considerando a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado através do Despacho nº 1774/2021, Processo nº 492/2012,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde ao servidor **Fábio da Silva Santos**, matrícula nº 737, pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, no período de 05/01/2021 a 03/02/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de fevereiro de 2021.

MANOEL DIAMANTINO DE SOUZA JUNIOR

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 131/2021 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 101, inciso IX da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019, com fulcro no art. 37 da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007,

Considerando que o servidor **Edimar Rodrigues de Sousa**, matrícula nº 9447, **Coordenador de Segurança do Legislativo**, encontra-se afastado por motivo de férias,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor **Charles Antônio Martins Rocha**, matrícula nº 10, para responder pela referida função no período de 01/02/2021 a 02/03/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 25 dias do mês de fevereiro de 2021.

MANOEL DIAMANTINO DE SOUZA JUNIOR

Diretor-Geral

DEPUTADOS DA 9ª LEGISLATURA

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Antonio Andrade (PTB)

Claudia Lelis (PV)

Cleiton Cardoso (PTC)

Eduardo do Dertins (Cidadania)

Eduardo Siqueira Campos (DEM)

Elenil da Penha (MDB)

Fabion Gomes (PR)

Issam Saado (PV)

Ivory de Lira (PCdoB)

Jair Farias (MDB)

Jorge Frederico (MDB)

Leo Barbosa (SD)

Luana Ribeiro (PSDB)

Nilton Franco (MDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Professor Júnior Geo (PROS)

Ricardo Ayres (PSB)

Valdemar Júnior (MDB)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vanda Monteiro (PSL)

Vilmar de Oliveira (SD)

Zé Roberto Lula (PT)